

As questões relativas a governo eletrônico deveriam ser tratadas como infra-estruturais e estratégicas, fundamentais para produzirmos o desenvolvimento sustentável de nossa economia e não nos defasarmos tecnologicamente com relação ao mundo cada vez mais conectado. O livro *e-gov.br*, de Ali Chahin, Maria Alexandra da Cunha, Peter Knight e Solon Lemos

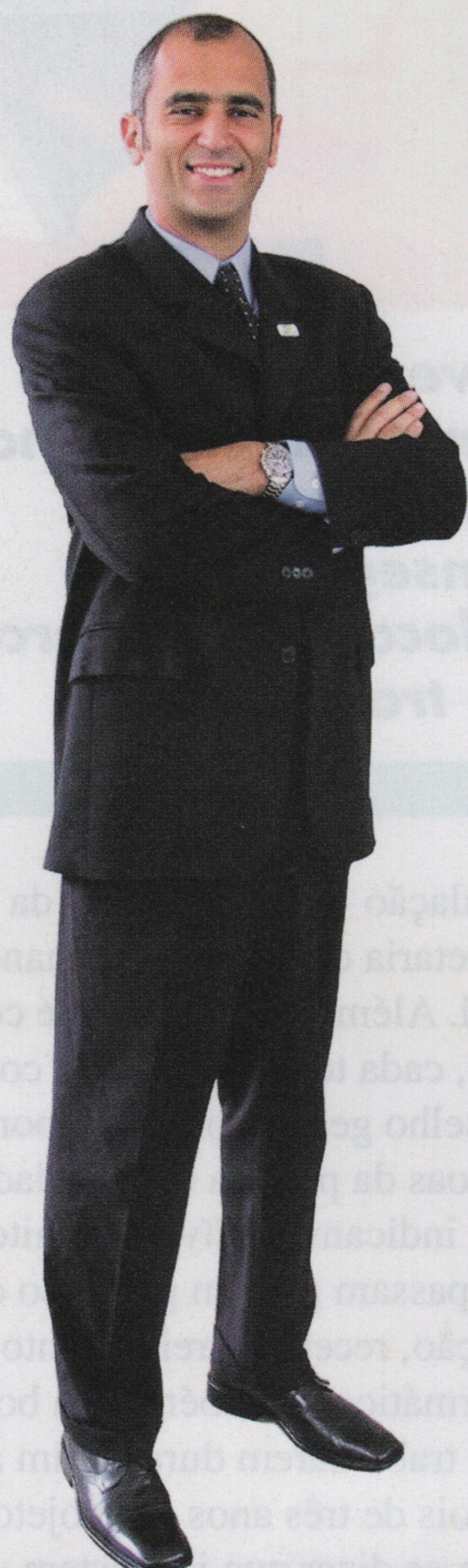


Foto: Eduardo de Souza

Cid Torquato é advogado e diretor-executivo da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico

cid.torquato@camara-e.net

e-Gov 2.0

Por Cid Torquato

Pinto (Financial Times/Prentice Hall, 380 páginas), recentemente lançado, é um exercício, eclético, de compilação de opiniões sobre esse importante tema, que retoma e provoca a necessidade de estimularmos políticas e investimentos públicos para a digitalização da máquina e dos serviços governamentais em geral.

Estimativas da SLTI, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, ainda no governo FHC, indicavam que, até o fim desta década, os negócios de G2C (governo para cidadão), G2G (governo para governo) e G2B (governo para empresas), somados às soluções tecnológicas para que funcionem, devem movimentar mais de cem bilhões de reais em todo o País. É muito dinheiro em negócios, economias e benefícios a todos!

Porém, estranhamente, hoje discutimos e-Gov bem menos do que no passado. O sentimento do mercado é de que tudo está meio parado, empresas estão fechando e pouco está acontecendo de novo, talvez pelo fato do proselitismo pró-Linux estar ocupando o centro do cenário político-tecnológico, ofuscando discussões sobre assuntos com certeza mais relevantes.

Lembro-me da fase de maior ebullição sobre o tema, quando do lançamento da Política de Governo Eletrônico para o Governo Federal. Para quem ainda se lembra dessa época, o famoso Y2K, ou bug do milênio, que preocupava o mundo todo em 1999, foi, com certeza, um importante propulsor desse processo, criando o cenário institucional adequado para o surgimento do multiministerial Comitê Executivo de Governo Eletrônico, presidido pelo

ministro Pedro Parente, da emblemática Sociedade da Informação, na órbita do MCT, e do exemplo oferecido pela BEC – Bolsa Eletrônica de Compras do Estado de São Paulo, entre outros projetos. Foi uma época de muita agitação, otimismo, boas idéias, algumas iniciativas de sucesso, eventos e seminários.

Esse entusiasmo tem de ser retomado. Precisamos de uma versão 2.0 das políticas formatadas há quatro anos.

Educação, telecentros, digitalização das PMEs e de pequenas cidades são algumas formas de se promover a inclusão digital no Brasil. Contudo, em países pobres e desiguais, como o nosso, as ações mais contundentes para democratizar o acesso aos benefícios das TICs pressupõem a modernização da máquina pública e a prestação de melhores serviços aos cidadãos. Até porque, para uma parte significativa da população brasileira, algo entre 60 e 80 milhões de pessoas das camadas mais excluídas da população, o contato com a Sociedade da Informação só se dará de forma indireta, não pelo uso, mas pelo usufruto de serviços públicos mais eficientes, transparentes e produtivos.

Outro ponto essencial é promover a crescente interoperabilidade e integração entre o e-Gov praticado nos três poderes e nos três níveis, federal, estadual e municipal, facilitando a vida do cidadão e não apenas digitalizando as limitações e a ineficiência off-line estatais.

Claro que os investimentos para a digitalização dos processos governamentais são altos, mas o retorno, para uma sociedade como a nossa, será incalculável.

Governo eletrônico, ao meu ver, é um assunto para o setor privado.